

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# A ESCOLA PARA TODES? O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRANS

Alessia Rodrigues Moura, Marli Lúcia Tonatto Zibetti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6356>

Submetido em: 2023-07-01

Postado em: 2023-07-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## A ESCOLA PARA TODES? O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO DE PESSOAS TRANS

ALESSIA RODRIGUES MOURA<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7859-9389>  
<email@email.com.br>

MARLI LÚCIA TONATTO ZIBETTI<sup>1</sup>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3939-5663>  
<marlizibetti@unir.br>

<sup>1</sup> Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Porto Velho, Rondônia (RO), Brasil.

**RESUMO:** O presente estudo é uma revisão de literatura sobre o tema escolarização de pessoas trans. Trata-se de um levantamento das produções publicadas no período de 2015 a 2020 no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Scientific Electronic Library Online - (SciELO). Foi utilizado o rigor técnico do protocolo Prisma no processo de seleção do material analisado e 28 artigos foram selecionados e estudados na íntegra. Verifica-se a prevalência da abordagem qualitativa como método de estudo mais utilizado pelos investigadores da temática. Os resultados explicitam a preocupação dos pesquisadores com a falta de ações e efetividade das políticas públicas em fazer frente às violências que impedem um altíssimo número de pessoas trans de concluírem o percurso escolar. Além disso, apesar do significativo aumento no número de produções sobre escolarização de pessoas trans, ainda há carência de produção acerca da temática, sobretudo na área da psicologia.

**Palavras-chave:** educação, escolarização, psicologia, pessoas-trans, revisão de literatura.

### SCHOOL FOR ALL? WHAT STUDIES SAY ABOUT EDUCATION FOR TRANSGENDER PEOPLE

**ABSTRACT:** The present study is a literature review on the topic of schooling of trans people. This is a survey of productions published in the period from 2015 to 2020 in the Journals Portal of the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES) and in the Scientific Electronic Library Online - (SciELO). It was used the technical rigor of the Prisma protocol in the selection process of the analyzed material and 28 articles were selected and studied in full. It was verified the prevalence of the qualitative approach as the study method most used by researchers on the theme. The results show the researchers' concern with the lack of actions and effectiveness of public policies in dealing with the violence that prevent a very high number of trans people from completing their school career. Furthermore, despite the significant increase in the number of productions about the trans people's schooling, there is still a lack of production on the theme, especially in the area of psychology.

**Keywords:** education, schooling, psychology, trans people, literature review.

### ¿LA ESCUELA PARA TODES? LO QUE DICEN LOS ESTUDIOS SOBRE LA EDUCACIÓN PARA PERSONAS TRANS

**RESUMEN:** El presente estudio es una revisión de la literatura sobre el tema de la escolarización de las personas transgénero. Se trata de una búsqueda de producciones publicadas de 2015 a 2020 en el Portal de Revistas de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y en la Biblioteca Científica Electrónica en Línea - (SciELO). Se utilizó el rigor técnico del protocolo del Prisma en el proceso de selección del material analizado y han sido seleccionados y estudiados integralmente 28 artículos. Existe un predominio del enfoque cualitativo como el método de estudio más utilizado por los investigadores sobre el tema. Los resultados muestran la preocupación de los investigadores por la falta de acciones y efectividad de las políticas públicas en el abordaje de la violencia que impide un número muy elevado de personas trans de concluir su carrera escolar. Además, a pesar del aumento significativo en el número de producciones sobre la educación de las personas transgénero, aún falta producción sobre el tema, especialmente en el área de la psicología.

**Palabras clave:** educación, escolarización, psicología, personas-trans, revisión de literatura.

## INTRODUÇÃO

Educação é meio pelo qual se difunde e expande o vasto patrimônio cultural e científico edificado pela humanidade ao longo do tempo (MOURA, 2022). Para Vitor Henrique Paro (2001, p.10) educação é “[...] mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico” (PARO, 2001, p.10), pois, a partir do que já foi produzido, ao se apropriar da cultura, o ser humano avança na construção de sua humanidade histórica.

Os seres humanos se apropriam dos instrumentos culturais (valores; hábitos; costumes, conhecimentos; etc.) por meio das relações estabelecidas nos núcleos sociais aos quais pertencem (família, religião, entre outros convívios socializantes). Contudo, parte importante dos instrumentos culturais necessários para a vida em sociedade depende de ensino mediado, planejado e sistemático. Assim, entende-se que a escola é, em nossa sociedade, espaço privilegiado para a socialização deste tipo de conhecimento.

Dermeval Saviani ([2003] 2014), importante teórico que erigiu a Pedagogia Histórico-Crítica, defende que a escola deve assegurar a socialização dos saberes sistematizados, ou seja, dos conhecimentos que os educandos não teriam acesso por outros meios. Diante da miríade de elementos culturais existentes, a escola precisa priorizar o que é essencial, dando ênfase ao saber científico e distanciando-se dos conhecimentos espontâneos.

Nessa direção, Paro (2001) entende que a escola, isto é, a educação formal, é imprescindível para o exercício pleno da cidadania e afirma que há uma interdependência entre educação, cidadania e democracia. Verifica-se a imprescindibilidade da educação para o exercício da cidadania nos pactos internacionais que definem o ensino básico como o mínimo que um Estado deve custear aos seus cidadãos (ONU, 1960).

Considerando os apontamentos de Paro (2001) e Saviani ([2003] 2014), é primordial que todos tenham acesso à educação em todos os níveis, especialmente ao básico. Porém, as desigualdades, materializadas em exclusão, são obstáculos para que as instituições de ensino cumpram seu papel humanizador, conforme demonstra Maria Helena Souza Patto ([1984] 2015) em seu célebre estudo sobre o fracasso escolar. Verifica-se que os estudantes mais pobres ainda enfrentam dificuldades para ingressar, permanecer e concluir o percurso escolar, principalmente nas etapas do ensino infantil e superior (SAMPAIO E OLIVEIRA, 2015).

Outrossim, além das dificuldades materiais que impedem o acesso e a permanência de determinados estudantes nas escolas, as subjetividades individuais são diferenças que se constituem em desigualdades e se apresentam na forma de exclusão. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, estima-se que 72% da população que se identifica como travestis e transexuais não conclui o ensino médio e somente cerca de 0,02% está nas universidades (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43). Estes dados não são oficiais, as informações são produzidas por organizações

não governamentais que, para denunciar as graves violações dos direitos humanos de travestis e transexuais no Brasil e para reivindicar políticas públicas, recorrem a pesquisas acadêmicas e informações veiculadas nas mídias; informações essas aceitas por entidades internacionais, inclusive pela Organização das Nações Unidas.

Por pessoas trans, nos referimos à toda pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento. Estes sujeitos, que não se reconhecem no modelo social que atribui identidade masculina às pessoas que nascem com pênis e identidade feminina às que nascem com vagina, se autodenominam de diferentes formas: travesti; homem e mulher trans; pessoa agênero; pessoa transgênero não binária, entre outros. Para conferir significação às identidades em sintonia com as que foram outorgadas (femininas ou masculinas) no momento (ou antes) do nascimento, e assim fazer frente à assimetria social entre pessoas trans e não trans, utiliza-se o recurso conceitual cisgeneridade. Ou seja, cisgênero é toda pessoa não trans/transgênero/travesti. As pessoas cisgêneros vivenciam suas experiências humanas dentro do modelo social construído sob medida para os acolher (VERGUEIRO, 2018).

Entendemos que quando a escola não consegue “[...] garantir o acesso à escolarização, em todos os níveis a todas as pessoas com garantia de aprendizagens necessárias aos estudantes em cada etapa do seu processo” (ZIBETTI, 2021, p.171) fracassa não somente a escola, mas a sociedade como um todo. Por essa razão, o presente estudo, de revisão bibliográfica, buscou compreender o que os pesquisadores afirmam sobre a escolarização de pessoas trans. Que fatores são apontados como produtores da evasão escolar dessa população? Que condições permitem que 28% das travestis, transexuais e transgêneros concluam o ensino médio?

Portanto, neste texto apresentamos o levantamento e a análise das produções científicas em língua portuguesa sobre educação e transgeneridade, publicadas entre 2015 e 2020, com o objetivo de identificar as temáticas que foram objeto de estudo dos pesquisadores na interface entre o campo da educação e da transgeneridade.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza como um estudo qualitativo de revisão sistemática de literatura. Partindo da súmula de estudos publicados sobre um mesmo problema, as revisões sistemáticas buscam atualizar o conhecimento sobre determinada temática. É útil para pesquisadores se manterem informados e atualizados e subsidiam tomadas de decisões e planejamento de políticas públicas. Ao analisar e comparar uma amostra de estudos, a revisão sistemática permite:

[...] observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 58).

O levantamento dos artigos ocorreu em janeiro de 2021 em dois sítios de bancos de dados: o *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* e a *Biblioteca Eletrônica Científica Online [Scientific Electronic Library Online] - (SciELO)*. Foram realizadas buscas utilizando os seguintes descritores sem combinação e em língua portuguesa: *travesti; transexual; transgênero; travestis, transexuais; transgêneros; transvestigeneri; pessoa trans; população trans, identidade de gênero*.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: I. publicações em formato de artigo; II. artigos publicados entre 2015 e 2020; III. idioma em língua portuguesa; IV. trabalhos que continham em seus títulos ao menos uma das palavras: *educação, educacional, escolarização, escola, escolar, ensino, curso, cursinho, estudantes, combinadas* com um ou mais dos descritores utilizados; V. tratar sobre educação escolar de pessoas trans. Os critérios de exclusão consistiram em: I. publicações em outros formatos diferente de artigo; II. artigos sem versão em língua portuguesa; III. artigos duplicados; IV. trabalhos cujo resumo, ou o texto, evidencie não abordar educação de pessoas trans; VI. estudos secundários; VII. textos incompletos.

O procedimento inicial compreendeu a leitura dos títulos. Para isso, após a busca com cada um dos descritores, foram selecionadas as publicações que se encaixavam nos critérios de inclusão I, II,

III e IV. Os trabalhos facultados nos critérios citados foram submetidos ao critério de exclusão III. O resultado deste processo é pormenorizado no quadro 1.

**Quadro 1** - Resultado do levantamento por descritor e base de dados

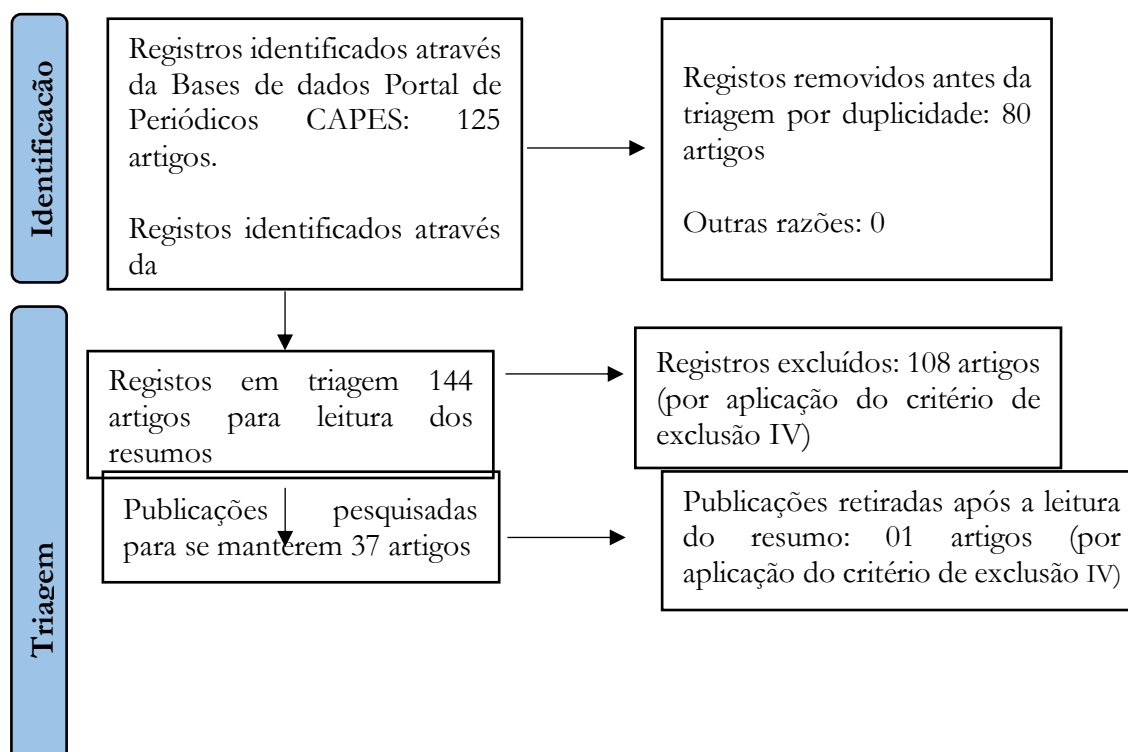
DESCRIPTOR	Resultado CapesCafé	Após os filtros CapesCafé	Selecionados CapesCafé	Resultado SciELO	Após os filtros SciELO	Selecionados SciELO
Travestilidade	140	41	1	13	11	0
Travesti	1.351	134	13	100	29	4
Travestis	1;928	367	44	288	111	6
Transexualidade	831	181	38	145	61	11
Transexual	9.528	431	24	100	28	2
Transexuais	1.279	357	26	241	117	3
Transgeneridade	105	28	1	10	4	0
Transgênero	1.581	288	18	296	84	10
“Pessoa trans”	417	122	12	0	0	0
“População trans”	104	32	6	0	0	0
"Identidade de gênero"	3.170	565	10	580	148	11
<b>TOTAL</b>	<b>20.434</b>	<b>2.545</b>	<b>193</b>	<b>1.773</b>	<b>593</b>	<b>47</b>

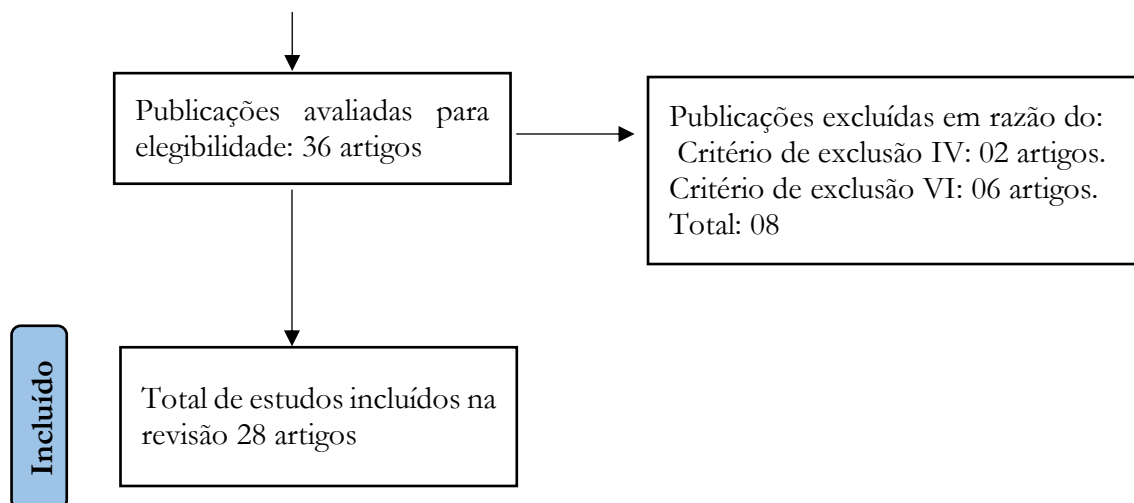
Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Entre os 3.138 títulos que foram lidos, 224 artigos foram considerados elegíveis para avaliação de seus resumos. Destes, 80 trabalhos foram descartados em consequência da aplicação do critério de exclusão por duplicidade. Consecutivamente, foi realizada uma verificação do ano e do idioma em que os artigos estavam publicados para assegurar a ausência de falhas no processo de filtragem.

Entre os 144 artigos selecionados para análise seguinte, 125 foram encontrados no Portal de Periódicos da CAPES e 19 na Biblioteca Eletrônica SciELO. O fluxograma a seguir explicita esse processo de avaliação.

**Figura 1:** Fluxograma dos procedimentos de seleção dos trabalhos





Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com base nos dados obtidos e inspirado no protocolo Prisma.

O procedimento seguinte tratou da leitura intensa e atenta dos artigos selecionados objetivando organizar os dados apresentados na seção resultados e estruturar as análises que compõem a sessão discussão. Os dados foram tratados com base na análise temática de Bardin (2011).

## RESULTADOS

Ao analisar os 28 artigos publicados no período de 2015 a 2020 identificamos que 2017 foi o ano com maior número de publicações que discutiam a escolarização de pessoas trans (oito artigos) e o ano seguinte, 2018, o menor (dois artigos). Conforme nossos critérios de seleção e exclusão, o tema foi abordado em quatro publicações do ano de 2015, quatro de 2016, seis de 2019 e três de 2020. Ao compararmos nosso levantamento com o realizado por Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2016) sobre o período de 2008 e 2014, verificamos um aumento significativo no interesse dos pesquisadores pela educação de pessoas trans. Segundo os autores citados, entre 2008 e 2014 foram produzidos apenas dois artigos sobre essa temática.

O maior número de trabalhos publicados em 2017 pode ter relação com o avanço de um levante conservador em trâmite no país. A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos anos de 1990, trouxe em seu bojo orientação sexual como um tema transversal a ser trabalhado na escola (BRASIL, 2000). A partir disso, Planos de Educação foram construídos nos âmbitos: federal; estadual e municipal contemplando tal recomendação. Gênero e sexualidade sempre foram temas espinhosos na sociedade brasileira, mas desde 2015 um movimento político Escola sem Partido, articulado por políticos de extrema direita e líderes religiosos, tem implantado sua agenda conservadora para educação. Nesse período, municípios e estados tiveram seus planos de educação alterados com o objetivo de suprimir discussões de gênero, sexualidade e diferentes arranjos familiares (TOLOMEOTTI; CARVALHO, 2016). Em 2016 o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff intensificou as ações do projeto conservador. Denúncias sobre o desmonte nas políticas públicas educacionais compõem em muitos dos estudos analisados e serão discutidos na seção seguinte.

Entre os 28 trabalhos analisados, quatro são de autoria de Fernando Guimarães Oliveira da Silva em parceria com Eliane Rose Maio, professora no Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá. Eliane Maio é coautora em seis dos trabalhos analisados e, entre os artigos dispensados conforme o critério de exclusão VI, é coautora em oito que abordam outras dimensões da experiência transgênera (o ativismo político por direitos e saúde integral da pessoa trans).

Verifica-se que, quando vinculados à programas de pós graduação, o interesse de pesquisadores-professores sobre este tema, pode influenciar no quantitativo de publicações disponíveis de uma mesma região, área de conhecimento e programa de pós-graduação conforme apontado também no trabalho de Moura e Urnau (2017) sobre o estado do conhecimento das teses e dissertações brasileiras

em psicologia acerca da relação escola e comunidade. O referido estudo identificou que uma única pesquisadora foi responsável pelo bom desempenho na produtividade de toda uma região.

No tocante à geografia, um dos artigos selecionados foi produzido em Portugal, os demais foram engendrados por pesquisadores ligados a programas de pós-graduação de quatro regiões do Brasil: 11 artigos são provenientes da região Sul, sete da região Sudeste, sete da região Nordeste e dois da região Centro-Oeste. Os periódicos mais procurados pelos pesquisadores também estão localizados na região Sul: 10 dos 28 artigos selecionados, foram publicados em periódicos desta região, oito em revistas científicas do Sudeste, dois do Centro-Oeste e dois artigos foram publicados em periódicos com sede no exterior. Nenhum dos artigos analisados foi publicado ou produzido na região Norte do Brasil. Este panorama está em consonância com os dados do relatório da empresa Clarivate Analytics divulgado em 2019 sobre as instituições que mais produzem conhecimento no mundo. Conforme os dados divulgados, 15 universidades produzem 60% do conhecimento científico brasileiro. Destas, apenas duas universidades não se localizam nas regiões Sul e Sudeste (SCOBAR, 2019).

Segundo nosso levantamento, a maioria dos pesquisadores interessados na escolarização de pessoas trans buscaram periódicos ligados à pedagogia para divulgação de seus achados (17 artigos), seguido de periódicos de estudos de gênero (cinco artigos). Revistas com recorte em psicologia e em estudos multidisciplinares publicaram dois artigos cada e encontramos um artigo publicado em periódico focado na área do direito e um em antropologia. Este panorama vai ao encontro das áreas de conhecimento em que estes estudos foram gestados. Verificamos que 19 (68%) dos artigos levantados provinham de programas de pós-graduação em Educação, quatro (14%) de programas de pós-graduação em Psicologia e cinco (18%) de programas de pós-graduação de diferentes áreas da Ciências Humanas. Com base no estudo de Fabrício Lopes (2017), é possível inferir que, embora incipiente, há um aumento no número de pesquisas na área da psicologia que discute transgeneridade e educação. O levantamento realizado por este pesquisador nas mesmas bases de dados em que realizamos nossa recolha identificou apenas um (1) trabalho nesta área abordando o tema.

A pesquisa qualitativa foi, predominantemente, a mais escolhida pelos pesquisadores, os 28 artigos selecionados adotaram esta abordagem. Destes, oito eram estudos documentais ou bibliográficos. A entrevista, em diferentes formatos, se confirmou como o instrumento mais utilizado pelos pesquisadores na apreensão de informações, presente em 18 dos estudos analisados. A maioria dos estudiosos interessados na educação de pessoas trans buscou evidenciar a perspectiva desses sujeitos sobre suas experiências durante o processo de escolarização, este movimento foi identificado em 15 dos artigos examinados. A visão dos educadores também foi de interesse dos estudiosos, pois três estudos apresentam a concepção deste segmento.

A maioria dos trabalhos não evidencia claramente a orientação teórica que os subsidiaram. Contudo, a partir das citações, podemos afirmar que as teorias pós-estruturalistas constam em todos os trabalhos, nesse sentido, se destaca a filósofa Judith Butler como a mais citada. Todavia, o teórico Michel Foucault é, também, uma referência bastante aludida.

Na maioria dos estudos analisados percebe-se a preocupação dos pesquisadores em situar o leitor sobre os conceitos transexualidade e/ou transexual; transgeneridade e/ou transgênero; cisgeneridade e/ou cisgênero e travesti. Destacamos que a identidade travesti trata-se de um posicionamento político pessoal que mulheres trans, e outras identidades femininas que transgridem a lógica mulher/vagina/útero, assumem para dar visibilidade ao processo de marginalização social de suas identidades e seus corpos (NASCIMENTO, 2021).

## DISCUSSÕES

Em todos os trabalhos investigados se constata discussões e análises das seguintes temáticas: políticas públicas educacionais e legislação; vivências de pessoas trans em suas trajetórias de escolarização; críticas e propostas acerca da prática docente e da atuação dos profissionais que atuam na escola. Os autores tratam mais de um destes temas em seus estudos, porém concentraram-se com mais intensidade em um.

## As políticas educacionais e direitos das pessoas trans

Os estudos que mais marcadamente discutem políticas educacionais e os direitos das pessoas trans são os produzidos por Pazó; Sales e Zaganelli (2015), *Transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino*; Santos e Lage (2017), *Gênero e Diversidade Sexual na Educação Básica: Um olhar sobre o componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco* e Xavier (2019), *Transexualidade no Ensino Médio*.

Presente nos principais documentos que garantem direitos universais à pessoa humana, educação é um bem público e uma das bases fundamentais dos direitos humanos, da democracia, da paz e do desenvolvimento sustentável, portanto, deve ser acessível a todos (ONU, 1960). Trata-se de direito que não se realiza apenas no acesso formal às instituições de ensino, mas que se concretiza na corporificação da dignidade humana e de outros princípios fundamentais do direito da carta magna (PAZÓ; SALLES; ZAGANELLI, 2015). Porém, pessoas trans têm esse direito negado apesar dos marcos legais, internacionais e nacionais que fomentam a igualdade de gênero e o respeito a diversidade sexual na educação (SANTOS; LAGE, 2017).

Discutir gênero, sexo, corporeidade, diversidade e sexualidade na escola é uma estratégia para o enfrentamento das violências e exclusões produzidas no âmbito das relações sociais, o que vem sendo proposto em muitos estudos. Conforme o Estudo de Santos e Lage (2017), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) é um marco nas políticas públicas de educação por equidade de gênero e inclusão da diversidade, contudo, “[...] existe um certo distanciamento do que se estabelece nos marcos legais e nas diretrizes em relação a realidade das escolas” (SANTOS; LAGE, 2017, p.75).

A implementação da educação em direitos humanos, enquanto componente curricular ou como tema transversal, ficou a cargo da gestão de cada estado. Em muitos estados, a articulação pela construção de Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos não ultrapassou a formação dos comitês de elaboração e de execução. Pernambuco foi um dos poucos estados que construiu um Plano de Educação em Direitos Humanos e incorporou ao currículo escolar de educação básica estratégias que contemplam a discussão de gênero e diversidade sexual. Nesse sentido, os esforços “[...] buscam a promoção da igualdade de gênero e o respeito a orientação sexual. Todavia, existe um silenciamento sobre transexualidade e cidadania de pessoas trans” (SANTOS; LAGE, 2017, 69).

Para os pesquisadores, o currículo escolar está no centro das discussões sobre gênero e sexualidade na escola porque, por meio deste instrumento, são produzidas e reproduzidas concepções de gênero e sexualidade que estão na órbita social (SANTOS, LAGE, 2017; XAVIER, 2019). Recorrendo às análises dos currículos os estudiosos evidenciaram em seus estudos relações de poder, o apagamento de discussões de gênero e sexualidade previstas no Plano Nacional de Educação (2014) e/ou homogeneização destas discussões centralizando-as na heterossexualidade compulsória e na cisgeneridade. O controle exercido pelas escolas sobre os significados, a legitimidade dos conhecimentos que todos devem adquirir, está explicitado no currículo escolar. Trata-se de conferir “legitimidade cultural de conhecimento de determinado grupo” (XAVIER, 2019, p. 84).

Pessoas transgênero são expulsas dos bancos escolares por não terem seus direitos civis respeitados. Porém, conforme esclarecem Pazó; Salles e Zaganelli (2015), a escola é responsável pelo bem-estar e integridade física, psíquica e emocional dos educandos durante sua custódia, cabendo implicações legais quando não assumem esta responsabilidade.

Para finalizar este eixo, destacamos que nos estudos cujos conteúdos se alinham com mais acuidade aos tópicos que serão discutidos à frente, os pesquisadores citam o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e suas metas; a Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Ministério da Educação (MEC) que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares (BRASIL, 2018) e as poucas iniciativas de ações afirmativas para ingresso de travestis e transexuais no ensino superior, entretanto estas importantes conquistas do movimento organizado de pessoas trans não são discutidas.

## Vivências de pessoas trans em suas trajetórias de escolarização

As reflexões apresentadas nesta subseção centram-se em estudos que apresentam relatos de experiências de pessoas trans, travestis e transexuais, sobre seus percursos de escolarização. Nesse conjunto de trabalhos reunimos os seguintes estudos: Torres e Vieira (2015), *As travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência*; Franco e Ciciliane (2015), *Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização*; Franco (2016), *A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros*; Cruz e Santos (2016), *Experiências escolares de estudantes trans*; Saleiro (2017), *Diversidade de gênero na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero*; Amorim e Brancaloni (2019), *Vozes abjetas: a trajetória escolar de um grupo de pessoas transexuais do interior de São Paulo*; Dias e Souza (2019); *“Parece uma mulher, mas é um traveco”: produções discursivas marginais e transfóbicas nas vivências de uma travesti professora*; Santos e Oliviera (2019), *Trajetórias transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos: conquistas, horizontes e ameaças entre tempos, espaços e sujeitos escolares*; Molina (2020), *“Yo solo soy”: Os processos de transições corporais de estudantes trans no Bachillerato Popular Trans Mocha Celis* e Scote e Garcia (2020), *Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior*. Todos eles realizaram entrevistas com pessoas trans e intensificaram suas análises destacando as falas de suas/seus entrevistadas/dos.

Conforme aponta a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), “Ações discriminatórias no âmbito escolar” (INEP, 2009), nas escolas o preconceito se faz presente e é um componente que tem como alvo principal de suas práticas discriminatórias estudantes negros, gays, lésbicas, travestis e transexuais. Com objetivo de “dar voz” a população trans, os pesquisadores supracitados buscaram os sentidos e significações que pessoas trans atribuem à escola e ao percurso de escolarização realizado. Estes estudos são caracterizados por relatos de dores, violências, tristezas e ressentimentos que deixaram marcas profundas nos participantes. Os trabalhos de Saleiro (2017) e Amorim e Brancaloni (2019), inferem que os e as estudantes transgêneros experienciam a discriminação e a percepção de “anormalidade” e “estranhamento” sobre si já nos primeiros anos da idade escolar. É uma percepção que se inicia no ambiente familiar, mas que toma corpo ao adentrarem a escola.

Os colaboradores e colaboradoras de Amorim e Brancaloni (2019) descrevem cenas de violência explícita e intensa discriminação que, paulatinamente, foram produzindo estudantes isolados, retraídos e tímidos. Conforme afirmamos, violências e discriminações são elementos comuns nos estudos analisados. Aos professores e demais integrantes da equipe escolar é atribuída a violência verbal, moral e psicológica. A violência física, além das já citadas, é praticada por colegas de turma e/ou outros estudantes da instituição de ensino.

A negação ao uso do nome social e a interdição ao uso do banheiro conforme o gênero de reconhecimento é elemento impeditivo à continuidade do percurso escolar para pessoas trans em processo de transição de gênero ou que já concluíram este processo. Torres e Vieira (2015, p.45), intencionando “[...] compreender as experiências das travestis no contexto escolar[...]”, entrevistaram seis mulheres trans de diferentes idades e níveis de escolarização. Segundo as autoras:

No cotidiano das escolas onde passaram nossas interlocutoras, encontramos relatos de violência física, institucional, psicológica, como também, narrativas de acolhimento e de inserção. Apesar das participantes terem notado uma recente melhora nas condições de permanência em algumas escolas, o uso do banheiro e do nome social continuam sendo zonas conflituosas, denotando a importância do aprofundamento das discussões de gênero relacionadas à presença das travestis (TORRES; VIEIRA, 2015, p.55).

As pesquisas de Santos e Oliveira (2019) e Molina (2020) têm em comum a experiência de pessoas trans que retomaram o percurso de escolarização motivadas pelas conquistas no âmbito civil e nas políticas públicas educacionais. Santos e Oliveira (2019) entrevistam 12 estudantes trans, de diferentes faixas etárias, alunos e alunas na modalidade de Ensino para Jovens, Adultos e Idosos (EJA) do estado de Pernambuco. Molina (2020) entrevistou cinco estudantes de uma escola na Argentina fundada pelo movimento social e pelo governo federal para acolher o público transgênero. Além de ser uma escola voltada para o público trans, mas aberta a toda comunidade, trata-se, também, de ensino em uma modalidade que visa corrigir distorções idade/série tal qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estudo de Molina (2020, p.109) teve como foco “[...] contribuir para reflexões sobre a vigilância dos corpos que acompanham as vivências das pessoas trans [...]”. Entretanto, a pesquisadora infere que, para suas colaboradoras, “Os motivos para o retorno aos estudos estão atrelados a busca de melhorias em suas condições econômicas e sociais, além de reparar um tempo já passado, cheio de frustrações [...]”. Além disso, considerando o tipo de ensino ofertado, que coloca no centro de suas práticas e métodos, as dificuldades e enfrentamento que atravessam a existência de uma pessoa trans, verifica-se que esta forma de socializar os saberes científicos: “[...] constrói um tipo de voz, traço muito característico das estudantes que estiveram presentes desde a fundação da escola: a voz do ativismo e militância [...]”. Entende-se que “O empoderamento acontece junto com a articulação das ideias, de conceitos, do posicionar-se sobre quem se é, quem se quer ser e o que se quer fazer” (MOLINA, 2020, p. 122).

Ao retornar à escola, uma pessoa trans “[...] traz consigo sonhos, expectativas, marcas físicas e psíquicas dos obstáculos vividos no passado e no presente” (SANTOS; OLIVEIRA, 2019, p.56). Contudo:

Apesar do histórico comum de experiências traumáticas no contexto escolar, sobretudo entre as/os estudantes mais velhas/os, o desejo de retorno à escola é frequentemente alimentado pela disposição de lutar – individual e/ou coletivamente – pela construção da possibilidade de reconhecimento da dignidade social e de alcance de condições mais favoráveis de vida e trabalho que seriam virtualmente inacessíveis às pessoas travestis e transgêneres em gerações anteriores (SANTOS; OLIVEIRA, 2019, p. 70).

Desse modo, pensando a realidade brasileira, verifica-se que:

[...] as mudanças nas políticas públicas de educação e na cultura escolar, potencializadas pelo fortalecimento dos discursos de inclusão escolar e de garantia dos direitos das pessoas LGBT na vida social e especialmente no campo educacional, abriram caminho para que um contingente significativo e crescente de pessoas transgêneres que haviam sido informalmente expulsas de sua trajetória de escolarização voltassem a demandar o acesso à escola e a investir na perspectiva da educação escolar como caminho de realização subjetiva e de viabilização de outras possibilidades de acesso à cidadania formal e ao mundo do trabalho [...] (SANTOS; OLIVEIRA, 2019, p. 70).

Os pesquisadores Franco e Cicillini (2015); Franco (2016) e Dias e Souza (2019), centralizaram seus estudos nas vivências de escolarização e formação, bem como, nas experiências profissionais de professoras trans. Os achados destes estudiosos convergem com as inferências de Escote e Garcia (2020) que entrevistaram universitários trans sobre suas inserções no ensino superior. Esses estudos enfatizam a população trans feminina que ingressa no ensino superior conclui o ensino médio com distorção idade/série e que nos espaços acadêmicos e no exercício da docência a violência mais vivenciada por pessoas trans é a psicológica e moral. Verifica-se que ingressar no ensino superior é um amenizador de violências e que o ambiente acadêmico favorece e/ou desperta em algum grau a militância nas (nos) estudantes transgêneros. Contrariando o que as professoras trans e travestis esperavam, o principal obstáculo enfrentado para o exercício da carreira docente não é a família dos alunos e sim a equipe de gestão escolar (FRANCO, CICILLINI, 2015; FRANCO, 2016; DIAS, SOUZA, 2019), contudo, a presença de professoras trans nas escolas e de estudantes trans no ensino superior, além de motivar alunas (os) trans no ensino fundamental e médio a permanecerem estudando, tencionam discussões nas instituições, esferas governamentais e na sociedade por políticas públicas de cidadania e inclusão.

A partir das discussões apresentadas nesta subseção podemos afirmar que as políticas públicas bem como o ativismo social por inclusão de minorias materializaram a presença de corpos trans em espaços e postos que historicamente foram ocupados por homens e mulheres cisgêneros/as, brancos/as de classe média. A apropriação destes espaços e postos (privilegiados) que travestis, homens e mulheres trans estão fazendo mobiliza reflexões, ações e reposicionamentos das instituições sobre suas práticas e formas de lidar com as diferenças.

## **A escola e suas práticas: críticas e propostas**

Neste eixo de discussão apresentamos as problematizações sobre as práticas e o cotidiano da escola feita pelos pesquisadores. Os estudos tecem críticas e indicam propostas para a construção de uma escola de fato acolhedora e plural.

Os estudos mais alinhados a esta perspectiva são: Carvalho e Oliveira (2017), *Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação*; Magalhães e Ribeiro (2019), *Saberes e (in)visibilidades dos corpos trans nos espaços educativos*; Campos e Pereira (2018), *Cursinho Prepara Trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular*; Santana, Polizel e Maio (2016), *As/os trans são vistas/os na escola?*; Santos, Silva e Maio (2018), *Aproximações entre escolas e resiliências trans/formativas*; Silva e Maio (2017a), *Vai ter estudante trans nas escolas, sim! Mas primeiro, vamos (des)construir o normativo*; Silva e Maio (2017b), *O 'entre-lugar' das trans nas escolas*; Silva e Maio (2017c), *Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans*; Oliveira Junior e Maio (2016), *Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar*; Rodrigues (2017) *Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar*; Andrade (2019), *Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar*; Santos (2015), *A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis*; Lima (2020), *Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior*; Sales, Souza e Peres (2017), *Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades*; Oliveira Júnior, Moreira e Crusoé (2017), *Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero*.

Para Silva e Maio (2017a; 2017b; 2017c) e Santos, Silva e Maio (2018), a escola produz e reproduz, por meio de suas práticas heteronormativas, discursos que situam corpos e identidades trans na zona da “infâmia” e da “anormalidade”. Estes discursos ancorados em bases biológicas, edificam construções identitárias trans e não trans estruturando-as na heteronormatividade (SILVA, MAIO, 2017a; MAGALHÃES, RIBEIRO, 2019). Se para pessoas não trans estas práticas são produtoras de “resiliência”, na medida em que elas validam e naturalizam suas identidades de gênero, para pessoas trans estes discursos se constituem fatores de riscos físico, psíquico e emocional que podem levar ao abandono dos bancos da escola. As conquistas de direitos de pessoas trans (nome social e uso do banheiro conforme o gênero de identificação) não permite mais negar a existência de seus corpos nas escolas; entretanto, trata-se de uma experiência vivida como um “entre lugar” em que as pessoas trans precisam negociar no espaço escolar suas identidades transgêneras nas práticas heteronormativas da escola.

Apesar de alguns avanços, a escola segue sendo uma instituição disciplinar que atua de forma a corrigir corpos transgressores (SANTOS, 2015; ANDRADE, 2019). “Esta condição da escola como do instituído, do produtor de normalidades desejadas pela sociedade capitalista, burguesa, heteronormativa e patriarcal, situa as travestilidades como algo que introduz o caos, a desordem, a inviabilidade de existência” (SALES; SOUZA; PERES, 2017, p. 72). O direito ao uso do nome social nas escolas e retificação do nome cível no registro e nos demais documentos, são dispositivos capazes de trazer as travestis e os e as transexuais e demais transgeneridades de volta à escola, porém, sem outras políticas públicas e o esforço das instituições de ensino, estes instrumentos legais não são suficientes para manter estes estudantes em seus percursos de escolarização.

Por meio “[...] de um currículo engessado na linguagem e nas formas de disciplinar os sujeitos, a escola foi perpetuando as diferenças e legitimando as desigualdades de forma que estabelecesse um nível hierárquico entre os sujeitos” (RODRIGUES, 2019, p.07). É urgente que as instituições de ensino criem formas e práticas que visem acolher os estudantes trans. Para isso, é necessário ouvir e incluir estes estudantes no processo de construção dessas ações.

Conforme os estudos de Santana, Polizel e Maio (2016), Oliveira Junior, Maio, (2016), Andrade (2019), Magalhães e Ribeiro (2019), a biologia, enquanto saber outorgado para definir a “verdade última” sobre os corpos, situa a transexualidade no “anormal” e no patológico. Nesse sentido os conteúdos do componente curricular de biologia precisar fazer relação, de forma transversal, com os saberes da sociologia, da filosofia, da antropologia e da psicologia afim de problematizar subjetividades que produzem corpos que fogem ao enquadramento binário corpo-homem e corpo-mulher.

Os estudos de Carvalho e Oliveira (2017) e Santana, Polizel e Maio (2016), Oliveira Junior, Maio (2016), afirmam que os professores de ensino superior das áreas de medicina e direito possuem razoável conhecimento sobre identidade de gênero e transgeneridade, porém ao discorrerem sobre os

temas, recorrem ao binarismo homem/pênis, mulher/vagina para produzir explicações simplistas sobre os temas. Além disso, amiúde, situam a discussão no terreno do polêmico, que “pode conduzir a uma associação com os padrões heteronormativos” (CARVALHO, OLIVEIRA, 2017, p. 73). Com os professores de ensino médio, não é muito diferente, os professores apresentam visões cristalizadas no binarismo de gênero e reproduzem crenças e valores pessoais desconsiderando os direitos dos estudantes transgênero.

Construir espaços de reflexões sobre gênero, identidade de gênero e diversidade de corpos é apontado em muitas pesquisas como uma estratégia para fomentar inclusão, contudo, nos filiamos a Lima (2020) ao afirmar que estas estratégias não são suficientes se a equipe escolar não estiver teoricamente instrumentalizada, respaldada por concepções teóricas descolonizadoras dos corpos. Por conseguinte, é preciso investir na formação inicial e continuada de todo o corpo docente.

Entre os trabalhos analisados nesta subseção, o ensaio de Santos, Silva e Maio (2018) se diferencia por direcionar o foco do enfrentamento às violências transfóbicas na escola nas/nos estudantes pessoas trans. Os autores recomendam que a escola, partindo de conhecimentos específicos, ensine os estudantes transgêneros a serem resilientes para enfrentarem as adversidades advindas de atitudes transfóbicas por parte da sociedade e de outros atores escolares. Sobre estudantes transgêneros os autores afirmam:

[...] compreende-se que estes/as estudantes têm características resilientes porque criam relações internas para superar os conflitos que os/as os estimulam a desistir da escola. No entanto, ao se notar que houve abandono ou desistência por situações discriminatórias, é preciso que os/as professores e profissionais da Educação promovam ações que estimulem a resiliência de seus/suas estudantes (SANTOS; SILVA; MAIO, 2018, p. 556).

Compreendemos que a produção de um ambiente respeitoso, o cumprimento das pactuações previstas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), Resolução nº 12 de 06 de janeiro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCN/LGBT (BRASIL, 2015) e ações assertivas dos professores e equipe técnica escolar contra todo tipo de discriminação, principalmente as discriminações com foco nas identidades, é capaz de produzir o suporte necessário que estudantes trans, travestis e todas as transgeneridades necessitam.

Na atual conjuntura política, inclusão é palavra de ordem. Para que uma escola seja de fato inclusiva é necessário que se reconheça que não existe fórmula pronta para que a “inclusão” aconteça. Quando uma escola assume o compromisso de ser de fato inclusiva, ela atua de modo a considerar as diferenças que produzem as desigualdades de condições de acesso e de permanência no percurso escolar de seus alunos. Olhar para estes fatores e reconhecer a singularidade de cada indivíduo é o primeiro passo para a construção de ações que façam frente às violências e ao abandono involuntário da escola. Materializadas as ações pensadas com os diferentes (entendemos os corpos que desobedecem às normas de gênero, raça, estética e normalidade) para desconstruir a assimetria nas condições de permanência de seus corpos no espaço educacional, certamente estas ações mobilizarão afetos e sentimentos de pertencimentos que alicerçarão novos repertórios de habilidades sociais para o enfrentamento às adversidades, que Santos, Silva e Maio (2018) compreendem como resiliência.

Contudo, defendemos que as intervenções contra violências racistas, capacitistas, homofóbicas e transfóbicas e de todos os tipos, devem ter como foco a própria violência e o espaço em que ocorrem. Por essa via, a escola pode ser um espaço privilegiado na construção de um letramento racial e sexual que auxilie a todos os estudantes, mas principalmente as pessoas desobedientes às normas de gênero a identificarem situações de violência e os caminhos de seu enfrentamento. Não são os estudantes que precisam aprender a lidar com um ambiente escolar violento, é o ambiente escolar que precisa ser transformado de modo que todos, inclusive pessoas trans, possam se apropriar dos conhecimentos científicos necessários para a vida em sociedade. Ensinar os e as estudantes trans a serem resilientes sem considerar uma proposta pedagógica interventiva junto aos demais discentes é ensiná-los e ensiná-las a “suportar” (e/ou lidar) com a brutalidade porque não existe (e não existirá) outra sociedade possível além da atual, que as/os violenta e as/os coloca à margem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da revisão sistemática de literatura, este estudo levantou e analisou as contribuições dos estudos de pesquisadores que se dispuseram a investigar a escolarização de pessoas trans. Seleccionamos 28 artigos, publicados entre 2015 e 2020, no *Portal de Periódicos da CAPES* e no *SciELO*. Nossa investigação identificou maior concentração de publicações na região Sul, seguida das regiões Sudeste e Nordeste. Nos sítios de buscas eleitos para o levantamento, a região Norte se revelou como a mais limitada em termos de produção de artigos sobre a presente temática.

Nesse sentido, no que se refere as regiões Norte Centro-Oeste, Sul e Sudeste, nossos resultados se alinham aos obtidos por Franco e Cicillini (2016) que produziram um estado da arte sobre o tema “universo trans e educação” (p.121). Os autores analisaram 20 trabalhos, sendo três textos publicados em anais de evento; dois artigos publicados em revistas eletrônicas; cinco capítulos de livro, seis dissertações e quatro teses de doutoramento e verificaram maior concentração de trabalhos nas regiões Sul e Sudeste. Embora os autores não especifiquem em quais plataformas realizaram suas buscas, o citado trabalho de Franco e Cicillini publicado em 2016 identificou apenas dois artigos abordando o tema educação/escolarização de pessoas [trans] travestis, transexuais e transgêneros.

Nosso criterioso processo de seleção perfez o total de 28 artigos elegíveis para responder nossa questão norteadora: “O que dizem os pesquisadores que estudaram a temática educação de pessoas trans?”. Observa-se que as nuances que envolvem o tema “educação e transgeneridade” têm se tornado, cada vez mais, fonte de preocupação dos estudiosos. Não obstante, a curiosidade dos pesquisadores sobre afetividade, alcance e materialização das políticas públicas educacionais que visam incluir pessoas trans na escola, bem como a busca por “dar voz” e essa parcela da população, a maioria dos estudos analisados desconsideraram outros marcadores sociais ao produzir suas análises. Com exceção do estudo de Xavier (2019), que abordou, principalmente, a dimensão das políticas públicas, os demais trabalhos desconsideraram os marcadores interseccionais de raça e classe que também atravessam a vida de muitas pessoas trans. Considerando os estudos que “deram voz” as pessoas trans, ainda que todos os estudos tenham selecionado apenas as vozes brancas de classe média e alta, estes elementos são reveladores das demandas, pressões e violências sofridas por travestis, homens e mulheres trans.

As normas binárias de gênero, que desenham as formas “corretas” e “naturais” de ser homem e ser mulher, e a transfobia são dispositivos que impedem o percurso escolar dos estudantes que se identificam e/ou são identificados como transgêneros. As reivindicações por inclusão, permanência e condições equânimes de tratamento e reconhecimento das pessoas trans no espaço educacional é justa e deve ser compromisso de todos os grupos humanos. Porém, no processo de defesa desse direito, algo parece estar sendo esquecido o real motivo para se estar na escola. O acesso e apropriação dos estudantes ao patrimônio científico e cultural produzido historicamente pelo conjunto de homens e mulheres precisa tomar o centro das discussões. Estar presente no espaço físico da escola e ter sua identidade de gênero respeitada não abrange todas as dimensões da inclusão, nesse sentido, a aprendizagem significativa possibilita o sentir-se pertencente.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Sylvia Maria Godoy; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. Vozes abjetas: a trajetória escolar de um grupo de pessoas transexuais do interior de São Paulo. *Cadernos CIMEAC*, Uberlândia-MG, v. 09, n. 02, p. 116-144, out. 2019. <<https://doi.org/10.18554/cimeac.v9i2.3074>>

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2019. <<https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1822>>

BENEVIDES, Bruna. G. (Org.) *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em 19 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT. *Resolução 12 de 16 de janeiro de 2015*. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Brasília, DF, 16 jan. 2015. Disponível em: <https://l1nk.dev/IVdvf>. Acesso em 13 jan. 2023.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em 13 jun. 2023.

BRASIL. *Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em 13 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018*. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Publicado no Diário Oficial da União nº 15, 22 de janeiro de 2018 - seção: 1 | p. 17, Brasília, 2018.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; PEREIRA, Mariana Cunha. Cursinho Prepara Trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, v. 17, n. 3, p. 183–194, 2019. <<https://doi.org/10.14393/rep-v17n32018-rel01>>

CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. *Revista Educação e Emancipação*, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 58–75, 2018. <<https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp58-75>>

CRUZ, Tania Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. *Reflexão e Ação* [online], v. 24, n. 1, p. 115-137, 28 abr. 2016. <<https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7041>>

DIAS, Danilo; SOUZA, Marcos Lopes de. "Parece uma mulher, mas é um traveco": produções discursivas marginais e transfóbicas nas vivências de uma travesti professora. *Revista Espaço Acadêmico* [online], v. 18, n. 212, p. 19-30, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://encr.pw/G899U>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. *Motrivivência* [online], v. 28, n. 47, p. 47-66, maio 2016. <<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n47p47>>

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, p. 122–137, 2016. <<https://doi.org/10.18764/2178-2229.v23n2p122-137>>

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, p. 325–346, maio 2015. <<https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>>

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. <<https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Pesquisa de Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar*. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <https://11nk.dev/IjLzW>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [S. l.], n. 77, p. 70–87, set. 2020. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>>

LOPES, Fabrício Ricardo. *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia*. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Saberes e (In)Visibilidades dos Corpos Trans nos Espaços Educativos. *Ensino em Re-Vista*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 121–146, 2019. <<https://doi.org/10.14393/ER-v26n1a2019-6>>

MOLINA, Luana P. P. “Yo solo soy”: Os processos de transições corporais de estudantes trans no Bachillerato Popular Trans Mocha Celis. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n. 34, p. 108–125, jan. 2020. <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.34.07.a>>

MOURA, Alessia Rodrigues. *Violência e resistência na escolarização de mulheres trans na Amazônia* (Coleção Pós-Graduação). Porto Velho: EDUFRO, 2022.

MOURA, Alessia. R.; URNAL, Lilian C. O estado do conhecimento das produções científicas brasileiras em psicologia sobre a relação escola e comunidade. In. 26º SEMINÁRIO FINAL DO PIBIC, 2017. Porto Velho. Anais. Disponível em: <https://11nq.com/1C7Zm>. Acesso em: 13 jun. 2023.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaia, 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias B. de.; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador-BA, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://encr.pw/55WN7>. Acesso em 13 jun. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Miranda; MOREIRA, Nubia Regina; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. Escola e diversidade sexual: Narrativa sobre identidade de gênero. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 23, n. 52, 2018. <<https://doi.org/10.26512/lc.v23i52.19655>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino*. Conferência Geral da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. ONU, Paris: 1960. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000109.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

PARO, Vitor Henrique. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

PATTO, Maria Helena. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4ª ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PAZÓ, Cristina; SALLES, Geiziele; ZAGANELLI, Juliana. A transexualidade e o direito fundamental à educação: uma análise sobre a responsabilidade civil das instituições privadas de ensino. *Revista de Direito Brasileira*, [S.l.], v. 11, n. 5, p. 239-258, ago. 2015. <<https://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2015.v11i5.2896>>

RODRIGUES, Beatriz. Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Básica*. Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 6, 2017. Disponível em: <https://11nq.com/fm4UB>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SALEIRO, S. P. diversidade de gênero na infância e educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)gênero. *Ex aequo*, Lisboa, n. 36, p. 149-165, dez. 2017. <<https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09>>

SALES, Adriana; SOUZA, Leonardo Lemos de.; PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. *Fractal: Revista de Psicologia* [Online], v. 29, n. 1, p. 71–80, jan. 2017. <<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1530>>

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. *RBP AE*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015. <<https://doi.org/10.21573/vol31n32015.60121>>

SANTANA, Naomi Neri; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. As/os trans são vistas/os na escola?. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://11nq.com/8EqPh>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa* [online], v. 45, n. 157, p. 630–651, jul. 2015. <<https://doi.org/10.1590/198053142970>>

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. Gênero e diversidade sexual na educação básica: um olhar sobre o componente curricular direitos humanos e cidadania da rede de ensino de Pernambuco. *Revista Tempos e Espaços em Educação* [Online], v. 10, n. 22, p. 69-82, 4 maio 2017. <<https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6042>>

SANTOS, Dayvi; OLIVEIRA, Anna Luiza A R Martins de. Trajetórias transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos: conquistas, horizontes e ameaças entre tempos, espaços e sujeitos escolares. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, [S. l.], v. 20, n. 52, p. 49–75, 2019. <<https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v20i52.1398>>

SANTOS, Taylan Gustavo Ladeia dos; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Aproximações entre escolas e resiliências trans/formativas. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 548-574, dez. 2018. <<http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2018v13n3p548-574>>  
SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica*: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados. [2003] 2014.

SCOBAR, Herton. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. *Jornal da USP*, [S. l.] 05, set. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=270700>. Acesso em 13 jun. 2023.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020. <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65334>>

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Vai ter estudante trans nas escolas, sim! Mas primeiro, vamos (des)construir o normativo. *Textura*. Canoas-RS, v. 19 n.39, p. 179-200, jan. - abr. 2017a. <<https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-19-39-2077>>

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. O entre-lugar das trans nas escolas. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 307–324, 2017b. <<https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.22704>>

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans. *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 24–31, 2017c. <<https://doi.org/10.14295/de.v5i1.7383>>

TOLOMEOTTI, Tamires; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Um currículo degenerado: os planos de educação e a questão de gênero nos documentos educacionais. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/27986>. Acesso em: 13 jun. 2023.

TORRES, Daniela Barros; VIEIRA, Luciana Fontes. As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência. *Quaderns de psicologia*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 45-58, 2015. <<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1285>>

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis**: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. Brasília, DF: Padê editorial, 2018.

XAVIER, Gláucia do Carmo. Transexualidade no ensino médio: desafios e possibilidades. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 79–95, 2019. <<https://doi.org/10.9771/cgd.v5i1.31931>>

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Políticas Públicas para o Enfrentamento ao fracasso escolar: reflexões a partir de um percurso formativo. In: SOUZA, Marilene. Proença Rabello de. (Org.). *Psicologia e políticas públicas para a educação Básica na América Latina*. pesquisas, impasses e desafios. São Paulo: Editora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo IP/USP, 2021.

#### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

**Autora 1 – Realização do levantamento, análise dos dados e escrita do texto.**

**Autora 2 – Contribuição na análise dos dados, revisão do texto e escrita final.**

#### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

**Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.**

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.